

CEDI - P. I. B.  
DATA 12, 11, 91  
COD 0ND 00 198

INDÍGENAS DE RONDÔNIA - PROTEGENDO E/OU  
RESGATANDO A VIDA, O HABITAT E A CULTURA

PROPOSTA DE TRABALHO A SER DESENVOLVIDA  
JUNTO AO NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS,  
A PARTIR DE SETEMBRO DE 1991

by Ligia T.Lopes Simonian

Antropóloga/Candidata Avançada ao  
Ph.D/CUNY  
Advogada/OAB-RS

Nova Iorque, 15 de Abril de 1991

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

*L. T. Lopes Simonian*

## SUMÁRIO

Prefácio

I. O sub-projeto sobre os interesses dos indígenas da A.I.  
Urueu-Wau-Wau

Antecedentes

As ações jurídicas

A campanha Urueu-Wau-Wau

Estratégias iniciais

II. O sub-projeto A.I. Massaco

Antecedentes

Ações básicas

III. Revisão do conceito de genocídio

1. Antecedentes

2. Estratégias iniciais

Bibliografia citada

## PREFÁCIO

Neste prefácio eu gostaria de apontar as razões que me levaram à propor a presente proposta de trabalho. As mesmas se vinculam basicamente à aquisição de um conhecimento mais aprofundado sobre as condições de existência tanto dos indígenas Urueu-Wau-Wau e Amundáwa, ambos de contato recente, como daqueles que vivem ainda isolados no interior da área reconhecida como dos primeiros<sup>1</sup>, e dos que vivem na Reserva Biológica do Guaporé. Mais, as mesmas também estão ligadas aos resultados apresentados na Sessão Amazônia Brasileira, do Tribunal Permanente dos Povos, levada a efeito em Paris, entre 12-16 de Outubro de 1990. Tais resultados falharam em reconhecer como práticas genocidas muitas das ações/omissões do governo brasileiro, principalmente em relação a muitos casos ligados às populações indígenas (TPP/SAB 1990: 37).

Tal conhecimento foi produzido no contexto da pesquisa de campo que realizei entre os Urueu-Wau-Wau e Amundáwa, para fins de doutoramento na área da Antropologia, no decorrer do segundo semestre de 1990<sup>2</sup>. Na oportunidade pude, constatar *in locus* a gravidade das ameaças que estão a pesar sobre a vida, o habitat, e a cultura dos indígenas contatados ou não, que vivem na Área Indígena Urueu-Wau-Wau, em Rondônia. Além do mais, eu pude ouvir relatos e verificar via documentação visual, as condições de perigo, e mesmo a ameaça de genocídio, impostas aos indígenas que vivem na

---

<sup>1</sup> Os Amundáwa e os Urueu-Wau-Wau identificam estes como sendo os Irureí, os Putakuaranhã, e os Urupákuaranhã.

<sup>2</sup> Os dados aqui apresentados foram coletados para o projeto "Struggles over Native lands and Natives responses in the Guarita and the Urueu-Wau-Wau Reservations, Brazil". Como a maior parte dos mesmos ainda não foi publicada, eles só podem ser citados com a autorização da autora.

Reserva Biológica do Guaporé, a qual vem sendo denominada Area Indígena Massaco.

Nesta proposta de trabalho jurídico/antropológico pois, apresento três sub-projetos, todos a serem desenvolvidos no interesse das populações ora referidas, mas por certo que não unicamente. O primeiro deles diz respeito principalmente aos direitos básicos dos Urueu-Wau-Wau e Amundáwa, e por extensão dos Irureí, dos Putakuaranhã, e dos Urupakuaranhã. O segundo deles refere-se à proteção dos direitos territoriais dos indígenas da Reserva Biológica do Guaporé. O terceiro sub-projeto propõe uma pesquisa com vistas à redefinição do conceito e das condições para a ocorrência de genocídio.

## I. SUB-PROJETO A.I. URUEU-WAU-WAU

### 1. Antecedentes

As populações indígenas da Area Indígena Urueu-Wau-Wau têm sido submetidas à condições de vida as mais precárias imagináveis, de fato genocidas, as quais agravam-se após os primeiros contatos diretos, impostos aos Urueu-Wau-Wau em 1981, e aos Amundáwa em 1983<sup>3</sup>. Dentre as mesmas, destacam-se a imposição pela FUNAI de uma "frente de atração" do tipo tradicional<sup>4</sup>, a redução do território e conseqüentemente dos recursos naturais indígenas (CARDOSO 1989: 27sgts; LEONEL JR. in print, 1988; MINDLING 1986: 72), a devastação das florestas e da fauna (SIMONIAN 1990/a), a transmissão de doenças contagiosas e o índice alto de mortalidade decorrente, as condições precárias ou mesmo inexistente de atendimento à saúde, mais toda sorte de atentados contra a cultura indígena e o *modus vivendi* (SIMONIAN in print).

O contato pré-"frente de atração" foi muito violento em relação a esses indígenas, mas então os mesmos dispunham de recursos e estratégias para ao menos tentar conter o avanço

---

<sup>3</sup> Em sentidos diversos ao menos algumas destas condições já devem estar afetando as populações não contatadas, e que vivem nesta mesma área.

<sup>4</sup> Este não é um locus para definições, mas adianto que o elemento básico de uma "frente de atração" do tipo tradicional é o fato de buscar o contato sem os meios necessários para ao menos proteger a vida dos indígenas, em vez de buscar proteger o território ainda disponível aos mesmos.

dos não-índios e de seus empreendimentos os mais variados<sup>5</sup>. É evidente que os fluxos migratórios dos fins da década de 1970 e do início da próxima, estão a ocorrer em outro contexto da economia política, onde a abertura e a pavimentação da BR 364, financiada com capital internacional, constitue-se tanto em marco como em ameaça definitiva<sup>6</sup>. Possivelmente estes indígenas tivessem sucumbido à violência e às doenças contagiosas ante um cerco cada vez maior, mas não há se se menosprezar o impacto aterrorizador causado pela omissão e negligência da FUNAI, do governo brasileiro, do Banco Mundial, etc... em relação à vida e interesses indígenas.

A redução do território indígena é imposta já quando da elaboração da última proposta de delimitação da Area Indígena Urueu-Wau-Wau, conforme os próprios autores confirmam (LEONEL JR. & LEAO et al. 1984). Embora o total de hectares demarcados venha sendo apontado como excessivo<sup>7</sup> - 1.832.300 hectares (DECRETO Nº 91.416/1985), principalmente em relação ao contingente indígena local, importa ressaltar

---

<sup>5</sup> Ver o mapa elaborado por Leão e outros, onde aparece a localização e datas dos embates entre os indígenas da área e os invasores de seu território (LEÃO et al. 1984).

<sup>6</sup> Sobre a conjuntura na área atingida pelo POLONOROESTE, à época, ver especialmente JUNQUEIRA & MINDLING 1987: 7, 9.

<sup>7</sup> Por certo que não cabe aqui uma relação de todas as propostas de redução para a Area Indígena Urueu-Wau-Wau; para algumas delas ver especialmente LEONEL JR. in print e CARDOSO Opus cit.).

que tal decisão é tomada sem qualquer participação dos indígenas<sup>8</sup>. De mais a mais os invasores não são retirados após a demarcação<sup>9</sup>, e ameaças não cessam de ser feitas (DECRETO Nº 98.894/90; TRIBUNA DA IMPRENSA 1990: 4).

Necessário se faz, portanto, a revogação imediata do decreto assinado por Sarney e a consequente declaração judicial da área como de ocupação indígena, sob pena de risco fatal à sobrevivência das diversas nações indígenas que vivem na área.

Ou porque não foram consultados por ocasião da delimitação da área a ser demarcada, e/ou porque simplesmente resistem à idéia de área reservada, limitada, tanto os Urueu-Wau-Wau como os Amundáwa, e ainda possivelmente os Irureí, os Putakuaranhã e/ou os

---

<sup>8</sup> Note-se que na época do levantamento realizado in loco para a elaboração da proposta de demarcação, já existiam condições para uma consulta sobre suas ocupações, ao menos de parte da população, a qual já havia sido contatada, e junto aos quais principalmente os Parintintin, os Karipuna e os Tenharim vinham trabalhando como intérpretes.

<sup>9</sup> No interior da Area Indígena Urueu-Wau-Wau ainda se encontram em atividade os Seringais Parati, São Luiz, São Tomé e Branco, sendo que o São Francisco utiliza terras indígenas das proximidades para a realização de suas roças. Garimpeiros encontram-se em atividade principalmente no seringal São Luiz e a oeste do rio Jamari. Madeireiros e toureiros estão a explorar as madeiras nobres das florestas próximas à Linha 60, no Mirante da Serra, e junto ao Posto de Atração da FUNAI, conhecido como 621, e ainda nos limites junto ao município de Alvorada do Oeste (OPERAÇÃO URUEU-WAU-WAU 1990: Fotos 7,8, 13-24, 57-67). Pescadores e caçadores não-índios têm atuado nos limites ou mesmo dentro da área. Ver especialmente AZEVEDO 1991, 1990 e SIMONIAN 1990.

Uruparakuára, estão elaborando propostas relativas à reincorporação de áreas que lhes foram expropriadas. Por mais utópicas que possam parecer a muitos, importa que se registre tais propostas, pois as áreas reivindicadas como suas não só não foram consideradas por ocasião da delimitação/demarcação da A.I. Urueu-Wau-Wau, como também por ocasião da homologação.

Dentre os Urueu-Wau-Wau, por exemplo, os liderados por Mawá estão reivindicando a área da Fazenda Marechal Rondon, localizada ao norte da área indígena, e nas proximidades de Campo Novo, município de Ariquemes, onde tradicionalmente mantinham aldeias (SIMONIAN in print). Os Amundáwa, por sua vez, começam a articular um discurso onde demandam o retorno de parte da área envolvendo o leito do rio Trincheira, onde existe uma queda d'água que consideram sagrada, mais o Mirante da Serra, ambas de ocupação imemorial (SIMONIAN 1990/a). Por fim, o ataque recente de parte de indígenas isolados a camponeses de Alvorada do Oeste, o qual resultou numa morte e em um ferido (CORREIO BRASILIENSE 1990/22/09: 14; MAURO 1990/b), pode indicar resistência em relação à invasão de terras antes ocupadas por eles (SIMONIAN idem, ibid.).

A devastação das florestas do interior da A.I. Urueu-Wau-Wau, tem contribuído sobremaneira para a deterioração das condições de sobrevivência da população indígena local. A presença de madeireiras e de toreiros explorando as



madeiras nobres, principalmente o mogno, data de 1984<sup>10</sup>. Mas tal exploração é intensificada com o abuso de poder imposto por um dos presidentes recentes da FUNAI, no caso, Romero Jucá, o qual em 1985 assina contratos ilegais (A GAZETA MERCANTIL 1990/22-24/09: 46), viabilizando assim uma destruição assustadora dos recursos naturais indígenas locais. Tal foi e vem sendo a extensão de tal devastação, que 20.000 árvores de mogno teriam passado apenas por uma das saídas da madeira<sup>11</sup>.

Além da degradação ambiental, a redução da fauna constitui-se em uma das consequências imediatas da devastação das florestas da A.I. Urueu-Wau-Wau<sup>12</sup>, aliás, como informa Cardoso, uma área bastante reduzida a comparar o total demarcado (Opus cit. 18-20). Mas outros fatores

---

<sup>10</sup> Pelos informes prestados por um funcionário da FUNAI há anos trabalhando na A.I. Urueu-Wau-Wau, desde muito os demais funcionários tinham ciência sobre a ilegalidade da exploração/destruição que se vinha impondo às matas da área. Ele próprio teria solicitado transferência de um dos 'postos de vigilância' por onde a madeira estava saindo, "... para evitar complicações ..." (sic), segundo afirmou.

<sup>11</sup> No caso, junto ao P.V. Jarú. Ao todo são quilômetros e quilômetros de estradas, de esplanadas abertas no interior da A.I. Urueu-Wau-Wau. Pessoalmente eu tive a oportunidade de percorrer parte das mesmas no segundo semestre de 1990, tanto nas proximidades da atual aldeia dos Amundáwa, como em direção ao Posto Indígena Comandante Ari, onde pude verificar não só o estrago da floresta, mas também o desaparecimento total do mogno nestas áreas (OPERAÇÃO URUEU-WAU-WAU 1990; SIMONIAN 1990/c).

<sup>12</sup> Segundo a interpretação dada por vários indígenas, com o barulho das máquinas, os animais se dispersaram e a procriação passou a ocorrer em ritmo muito menor.

também têm contribuído para a sua constituição, e dentre estes destacam-se tanto a redução do território efetivamente controlado pelos indígenas, como a presença constante de não-índios nas proximidades e no interior da área<sup>13</sup>, e ainda o crescente desmatamento das áreas circunvizinhas, no caso, para exploração agrícola e implantação de campos criatórios (SIMONIAN 1990/a). De todo modo, esta redução tem tido implicações definitivas para a qualidade de vida dos indígenas.

A subnutrição generalizada entre os indígenas Urueu-Wau-Wau e Amundáwa, e certamente entre os Irureí, os Putakuaranhã e os Uruparakuára, constitui-se apenas em um dos resultados do acima exposto. Tal desdobramento é agravado com a introdução de novos alimentos, principalmente do açúcar e do arroz, o que é feito já no contexto da atuação da 'frente de atração'<sup>14</sup>. Mais recentemente observa-

---

6 Dentre estes têm-se os trabalhadores das empresas madeireiras, os toureiros, os garimpeiros, os caçadores profissionais, a população que vive nos seringais ainda existentes no interior da área, e os vizinhos não-índios, os quais têm se valido da caça e também da pesca existente na área, para prover suas necessidades proteicas básicas quando não para comercialização.

<sup>14</sup> Em 1986 o médico João Moreira Júnior já constata a deterioração da saúde bucal dos indígenas do P.I. Cte. Ari (MOREIRA Jr. 1986/26/08). O mesmo observa, na oportunidade, o que chama de "... distribuição exagerada de açúcar e doces ...", e ainda sugere uma "... fiscalização rigorosa ..." neste sentido, e até proibição. Tal distribuição estaria sendo feita tanto por funcionários da FUNAI, como por pesquisadores (Idem, ibid.). Quando em campo eu ouvi de um funcionário - "O Jesco adorava todo tipo de balas, bombons, e distribuía quase a granel pros índios" (SIMONIAN 1990).

se também a suspensão da remessa de alimentos de parte da FUNAI, a recusa por parte dos administradores da Fazenda Mal. Rondon em continuar alimentando os liderados de Mawá, a redução do poder aquisitivo dos Amundáwa devido ao roubo de sua produção por parte de funcionários da FUNAI<sup>15</sup>, e mesmo o sustento destes pelos anteriores (SIMONIAN 1990/a, b), o que por certo têm contribuído também para a delibitação física das duas nações inicialmente referidas.

Ante a um tal quadro, tem-se o agravamento das condições gerais da saúde dos indígenas. Mais, a omissão sistemática de parte da FUNAI e do Ministério da Saúde, tem devastado uma parcela significativa da população indígena local<sup>16</sup>, e ainda eleva o índice de mortalidade infantil<sup>17</sup>. A

---

<sup>15</sup> Neste ponto importa observar que funcionários de outras repartições públicas (p. ex., da SUCAM, IBAMA, etc...), marreteiros do rio Pakáas-Novos, e visitantes diversos, também tem explorado os indígenas, principalmente no que se refere à sua produção artesanal ou de coleta (em especial do mel), pelas quais pagam preços irrisórios ou trocam por roupas imprestáveis e/ou bugigangas (SIMONIAN 1990/a, b).

<sup>16</sup> A FUNAI não registrou o total das mortes logo após o contato, mas só entre os Amundáwa o percentual passou dos 50%. Segundo Mauro, havia 76 Amundáwa, à época do contato, mas já em 1984 morrem 12, após seu retorno do seringal São Luiz, onde teriam recebido roupas infectadas com vírus de catapora (MAURO 1990 apud SIMONIAN 1990/a). Eu comecei a fazer um levantamento demográfico para o período pré-contato entre estes indígenas e os Urueu-Wau-Wau, mas o mesmo ainda necessita muitas verificações, principalmente em decorrência do sistema de nominação dos nativos da área.

<sup>17</sup> No que tange à esta problemática, só entre os Amundáwa o índice chega a 75% em 1990, pois morrem três das quatro crianças que nascem (Idem, *ibid.*; AZEVEDO 1991). Dentre os Urueu-Wau-Wau nasceram duas crianças, mas em poucos meses uma delas já tinha passado por cinco malárias

redução populacional decorrente produz consequências sérias para o próprio processo reprodutivo de tais sociedades<sup>18</sup>. Atualmente, a população Urueu-Wau-Wau conta com apenas 54 e a Amundáwa com apenas 52 indivíduos, sendo só de dois o total daqueles na faixa acima dos sessenta anos (SIMONIAN in print, 1990/a). Como um todo, tal população se encontrava bastante enferma durante os últimos seis meses de 1990<sup>19</sup>.

Ante o desequilíbrio demográfico atual, importa ressaltar que mesmo assim tanto os Amundáwa quanto os Urueu-Wau-Wau continuam a praticar abortos e infanticídio<sup>20</sup>.

---

(SIMONIAN 1990/a, c).

<sup>18</sup> Dentre as mesmas, por exemplo, destaca-se a inexistência de mulheres no seio da comunidade indígena liderada por Tari e que vive no seringal Paraty. A população masculina local é de apenas quatro pessoas, sendo três em idade de procriar. Observe-se ainda que os mesmos dificilmente terão acesso às mulheres de sua própria nação, não só devido aos preconceitos existentes sobre a brutalidade (sic) de Tari no trato com as mulheres, mas também porque estas são poucas dentre as demais comunidades, e após o contato, os Amundáwa já cederam três para os Urueu-Wau-Wau.

<sup>19</sup> Para uma descrição sobre tais condições junto às diferentes aldeias, ver especialmente SIMONIAN in print.

<sup>20</sup> Quando inquiridas sobre a antiguidade de tais práticas, as indígenas responderam que suas mães e avós já eliminavam os/as filhos/as em tais circunstâncias. Mas não é de se descartar a possibilidade de que ao menos o infanticídio seja decorrente do impacto causado pelo contato, hipótese que aliás tem sido levantada por Nancy Flowers (FLOWERS 1991), ao investigar a problemática junto a outras nações, especialmente dentre os Suruí e os Xavantes.

Quanto ao aborto<sup>21</sup>, as evidências indicam tanto razões subjetivas como sociais. Neste caso, as gestantes solteiras tentam o aborto com a intenção de prevenir um nascimento que necessariamente demandaria o infanticídio. O infanticídio vem sendo praticado em duas situações bem definidas, isto é, especialmente quando as crianças nascem deformadas e/ou são filhos/as de mães solteiras<sup>22</sup>.

Ainda há de se ressaltar os atentados sistemáticos à cultura e ao *modus vivendi* dos Urueu-Wau-Wau e dos Amundáwa, o que por certo tem ido além da alteração de seu sistema alimentar conforme indicado acima. No caso, os autores de tais atentados são tanto a FUNAI através de seus funcionários, como as empresas madeireiras, mineradoras, criatórias de gado e seringalistas, os garimpeiros, os vizinhos camponeses, peões de fazenda, funcionários do IBAMA, da SUCAM, pesquisadores etc... Todos têm, de fato, de um ou de outro modo imposto uma série de alterações, quase sempre em detrimento da cultura e do *modus vivendi* dos

---

<sup>21</sup> Em 1990, por exemplo, uma mulher Urueu-Wau-Wau fez um aborto apesar de estar casada, pois o filho seria de um peão de fazenda, com o qual vinha mantendo relações sexuais.

<sup>22</sup> Em 1989 fez-se uma excessão entre os Amundáwa, quando uma mãe concorda em doar uma menina a um funcionário da FUNAI, em vez de simplesmente abandoná-la na mata ou destruí-la com violência (SIMONIAN 1990/a, c). Mas em 1990, a mesma mãe teve um menino nas mesmas circunstâncias, mas o líder do grupo exigiu que a mesma seguisse para os Urueu-Wau-Wau em busca do pai. Segundo seu argumento na época, não era para matar, pois os vizinhos não-índios não matavam, e o pai tinha que criar. Notícias recentes dão conta de que a criança faleceu.

nativos, e só excepcionalmente propiciando vantagens significativas para os mesmos.

Do ponto de vista de sua cultura material, nos dias atuais os Urueu-Wau-Wau e os Amundáwa encontram-se, de fato, quase que totalmente dependentes quanto à grande parte de dos bens utilizados em seu cotidiano. No caso, pode-se destacar aqueles ligados à sua alimentação<sup>23</sup>, mais os medicamentos<sup>24</sup>, os utensílios domésticos<sup>25</sup>, as ferramentas<sup>26</sup>, as armas para caça<sup>27</sup>, as vestimentas<sup>28</sup>, as redes

---

<sup>23</sup> Neste caso, os principais produtos adquiridos no mercado local e utilizados são o óleo de cozinha, o sal, o arroz, os biscoitos e o leite em pó.

<sup>24</sup> Especialmente os medicamentos para gripes e para a dor.

<sup>25</sup> Em especial as panelas (numa das aldeias, inclusive panela de pressão), as chaleiras, os bules, as canecas, as bacias, os pratos, as colheres, as facas, os facões, os coadores, as mamadeiras, os fósforos, as lanternas, as pilhas, as velas.

<sup>26</sup> Os machados, os martelos, as motosserras, as limas, os facões.

<sup>27</sup> No caso, as espingardas e as munições. Por ocasião de minha estada na A.I. Urueu-Wau-Wau, apenas os indígenas liderados por Mawá e Memó não estavam utilizando-se de armas de fogo para as suas caçadas. Os Amundáwa estavam a emprestar espingardas de seus vizinhos não-índios, quando as suas encontram-se em reparo. No Paraty, os indígenas estavam usando as espingardas do próprio seringal para a caça, a qual vinha sendo feita para consumo de todos os moradores da sede.

<sup>28</sup> Os calções e camisetas inicialmente, mas agora bermudas, jeans, camisas, vestidos, saias, calcinhas, cuecas, soutiens, etc...

industrializadas e cobertores, os bonés, os enfeites<sup>29</sup>, os relógios, rádios, gravadores, etc...

Do ponto de vista da organização econômica muitas mudanças foram impostas e estão a ocorrer. A subordinação dos indígenas às relações comerciais e de produção, já é uma realidade dentre os Urueu-Wau-Wau e os Amundáwa. No caso, ultimamente tem crescido tanto a sua preocupação com a produção de alguns bens para ser colocada no mercado, como eles também têm vendido sua força de trabalho, "know-how", e mesmo recursos minerais e florestais. Tal envolvimento com o mercado foi bastante amplo em 1990, o mesmo ocorrendo com relação à extensão da exploração.

Os Amundáwa, por exemplo, colocaram muita banana, café, e mel no mercado<sup>30</sup>. Os Urueu-Wau-Wau liderados por Tari, produziram borracha para o seringal Paraty e arcos e flechas para os marreteiros. Os indígenas do grupo do Mawá têm vendido seu "know-how" sobre a área, sendo contratados para auxiliar na identificação de áreas para a mineração, após o que têm liberado a saída do produto<sup>31</sup>. O mesmo vem ocorrendo

---

<sup>29</sup> Especialmente as missangas.

<sup>30</sup> Como já foi assinalado, no caso eles foram em grande parte roubados no resultado de seu produto (SIMONIAN 1990/b).

<sup>31</sup> Quando eu estive entre eles, um se encontrava no interior da área, a serviço da mineradora METALCOM, com tal finalidade. Segundo o responsável pela Fazenda Mal. Rondon, Sr. Helvécio Gonçalves de Miranda, o funcionário da mineradora lhe apresentou um documento da FUNAI, autorizando a contratação (SIMONIAN 1990a/).

com os liderados por Piaká, Payadjup e Memó, mas em relação aos madeireiros<sup>32</sup> e à madeira explorada<sup>33</sup>, neste caso, principalmente após a suspensão dos contratos estabelecidos por Romero Jucá.

As transformações ao nível da organização social dos Urueu-Wau-Wau e dos Amundáwa também têm sido cruciais, tanto ao nível interno como nas relações estabelecidas entre si, e ainda com não-índios. A observância da exogamia entre as metades (Mutum e Canindé) já não é um imperativo nas relações matrimoniais, tendo havido dois casos de casamento entre Canindé, junto aos Amundáwa. Alguns indígenas, principalmente do sexo masculino, também têm demonstrado interesse em conseguir uma esposa não-índia.

O abuso sexual em relação às mulheres indígenas tem se generalizado na área. Os agressores são tanto não-índios (funcionários da FUNAI, peões de fazenda, das madeireiras, vizinhos camponeses) como indígenas de outras nações, mas que estão na área como funcionários da FUNAI (SIMONIAN 1990/a, b, c). Em que pese tal situação, até o final de 1990

---

<sup>32</sup> Dentre os quais com o 'Zé Alagoano', fazendeiro e poderoso empresário de Ariquemes, o qual tem sistematicamente explorado a madeira da A.I. Urueu-Wau-Wau (ARZEVADO 1990; OPERAÇÃO URUEU-WAU-WAU 1990: Fotos 7, 8, 13-24).

<sup>33</sup> Diferentemente do que tem ocorrido entre os Suruí e os Cinta-Larga de Rondônia, os quais têm recebido quantias avultadas pela madeira retirada da área (SIMONIAN 1990/a), consta que estes Urueu-Wau-Wau têm recebido alguns poucos bens (alimentos, roupas, utensílios), em troca pela permissão para a retirada de minérios e da madeira da área.



casamento algum tinha sido realizado entre Amundáwa/Urueu-Wau-Wau e outros indígenas e/ou não-índios, mas já existe uma criança reconhecida como mestiça entre os Amundáwa (Idem, *ibid.*)<sup>34</sup>.

Outros aspectos da cultura Urueu-Wau-Wau e Amundáwa, e que envolvem toda uma série de rituais e de valores próprios, encontram-se sob ameaça de desaparecimento total. Alguns deles dizem respeito ao sistema de nominação. No caso, são principalmente os funcionários da FUNAI são os responsáveis pelas pressões. Os vizinhos com quem os indígenas mantêm mais contato, parecem se adaptar às mudanças ocorridas nos últimos anos, como também atribuem apelidos a muitos, processo que aliás teve início com os próprios funcionários da FUNAI. Estes, no entanto, têm insistido para que os indígenas desistam de seu sistema de

---

<sup>34</sup> Com relação aos indígenas da A.I. Urueu-Wau-Wau, tem sido inclusive levantada a hipótese relativa à uma presença anterior de mestiços (COWELL 1990: 121, ), mas não comprovada por estudos genéticos. Aliás, seria muito difícil que só as mulheres apresentassem uma aparência mestiça, conforme observações de Cowell (Idem, *ibid.*). De mais a mais, sua insistência em fazer crer que Djaí, um dos líderes Urueu-Wau-Wau a época do contato, era "... obviamente ..." um não-índio, no caso "... uma criança raptada dos seringueiros" (COWELL 1990: 121), é contestada por Mauro, um dos poucos não-índios que conhece o Tupi-Kawahib falado pelos indígenas ora referidos. Com base nas conversas que teve com Djaí e com outros indígenas, ele era um nativo (MAURO 1990/a apud SIMONIAN 1990/a).

nominação, o qual inclui a troca periódica de nomes<sup>35</sup>.

O primeiro argumento contra o sistema múltiplo de nominação dos Urueu-Wau-Wau e dos Amundáwa, diz respeito à situação incômoda para o controle da vacinas (sic) (FERREIRA 1990: 2). Mas este já não surte muito efeito, principalmente porque estas têm sido feitas apenas eventualmente. No momento, no entanto, dois argumentos encontram-se ativos. Um deles é utilizado principalmente junto aos que estão a fazer a 'carteira de identidade', os quais "... não poderão mais mudar o nome. O outro apenas insiste no fato dos não-índios terem um sistema único de nominação, o que deveria ser imitado, já que os indígenas estão constantemente em contato com os mesmo.

Também tem se argumentado contra a tatuagem, principalmente em sua variante facial. Novamente são os funcionários da FUNAI que têm apontado questões estéticas e/ou a problemática da dor, como razões para a suspensão do ritual e prática. De fato, os jovens do sexo masculino já

---

<sup>35</sup> Pelo que pude apreender, a troca ocorre a cada período de dois a dois anos e meio, quando os indígenas mudam de faixa etária. Cada uma das metades possui o seu estoque de nomes, tanto para o sexo feminino quanto o masculino. A/o recém-nascida/o recebe o primeiro nome por ocasião da queda do umbigo, mas não está de todo estabelecido a partir de quando deixam de trocá-lo. Mas certamente que não é com a realização da tatuagem, conforme Mauro sugere (MAURO 1990/a apud SIMONIAN 1990/a), pois os adultos continuam trocando de nomes. De mais a mais, o mesmo continua a ocorrer com os jovens do sexo masculino, que não estão mais aceitando fazer a tatuagem.

não aceitam mais a tatuagem facial, o que vem ocorrendo tanto entre os Urueu-Wau-Wau como entre os Amundáwa, embora ambos tenham aceito a pequena tatuagem feita na parte inferior do braço direito, segundo afirmam, para terem firmeza quando seguram o arco. Em parte estes jovens têm assimilado os argumentos dos funcionários acima referidos, pois afirmam que não aguentam mais a dor, pois os alimentos agora são mais fracos.

Entre os Urueu-Wau-Wau as jovens também não vêm sendo tatuadas, e segundo dizem, não o serão mais. Mboropó informa, por exemplo, que seu irmão Puru-y (ex-Poruén), não permitiu que ela fosse tatuada. Observe-se que este foi um dos indígenas que recebeu forte pressão de parte de funcionários da FUNAI, ao ter feito sua documentação civil. De mais a mais, o mesmo passou uma temporada com os Tenharim, os quais também já não usam mais tatuarem-se. Recentemente, no entanto, todas as jovens Amundáwa foram tatuadas, em que pese a utilização dos mesmos alimentos e a dor. Neste caso a racionalização difere, pois a tatuagem feminina estaria ligada à necessidade de purificação do sangue menstrual<sup>36</sup>.

A considerar-se as relações entre as duas nações contatadas da área, percebe-se que as mesmas continuam tensas. No caso, os preconceitos negativos são recíprocos, e

---

<sup>36</sup> "Elas têm que limpá o sangue delas", disse um jovem quando perguntado porque elas foram tatuadas e eles não.

se referem à realidade pré e pós-contato. Os Amundáwa, por exemplo, acusam os Urueu-Wau-Wau de no passado os terem agredido sistematicamente, e de ainda terem matado a muitos dos seus. De mais a mais, eles seriam cruéis (sic) para com suas mulheres. Por sua vez os Urueu-Wau-Wau acusam os primeiros de serem muito mesquinhos, principalmente por não quererem ceder a si parte de suas mulheres<sup>37</sup>.

Importa ainda alguma referência ainda que breve, ao que vem ocorrendo ao nível das relações sociais, especialmente no contexto relações interétnicas. Primeiro observa-se que mais e mais os indígenas estão querendo se aproximar dos limites da área, muito em decorrência da dependência cada vez maior estabelecida em relação aos não-índios<sup>38</sup>. Os mesmos têm ainda participado em festas, brincadeiras fora da área, e alguns têm inclusive tido acesso à prostituição em Mirante da Serra<sup>39</sup>, e quiçá em Porto Velho, para onde muitos têm se deslocado cada vez com mais frequência.

Dada à escassês de alimentos nos últimos anos, principalmente os Amundáwa têm estreitado suas relações com

---

<sup>37</sup> Tal argumentação tem sido utilizada, em que pese o fato dos Amundáwa já terem cedido, após o contato, três mulheres aos Urueu-Wau-Wau. Uma delas está a viver com os seus afins, pois o marido tem 'status' político, por ser o líder do grupo e guerreiro temido. As outras duas continuam na comunidade de origem, onde os maridos estão a prestar os 'serviços da noiva' (SIMONIAN 1990/a).

<sup>38</sup> Especialmente a maior facilidade em termos de acesso ao comércio.

<sup>39</sup> Veja especialmente SIMONIAN 1990/b: .

a população não-índia das proximidades do P.I. Trincheira, de quem eles têm dependido principalmente de sementes e de alimentos. Consta que apesar das frequentes lutas, antes do contato os Urueu-Wau-Wau e os Amundáwa plantavam o suficiente para seu consumo, e ainda guardavam a semente de um ano para outro, o que não vem mais ocorrendo, já que em virtude da escassês de recursos e de outros fatores, se obrigam a utilizar as sementes como alimentos.

Transformações também vêm ocorrendo ao nível das estruturas políticas. No âmbito interno nota-se a inoperância de uma liderança centralizada, se é que ela realmente existiu antes do contato. Dentre os Urueu-Wau-Wau, a existência de cinco grupos distintos numa população tão reduzida, pode indicar uma resistência de tendência anterior quanto ao faccionalismo. Em que pese as relações de parentesco serem estreitas, no caso dos Urueu-Wau-Wau observa-se que o nível de tensão entre os mesmos é enorme (SIMONIAN 1990/a).

Tensões semelhantes também se repetem entre os Amundáwa, principalmente devido à interferência de um funcionário FUNAI. Este, recentemente impediu um fracionamento da comunidade, já que Muhã pretendia construir uma aldeia nova sob sua liderança<sup>40</sup>. Portanto, a mesma vem

---

<sup>40</sup> Segundo o referido funcionário, o fracionamento dificultaria o atendimento (sic) dispensado pela FUNAI, principalmente quanto à problemática da saúde.

sendo mantida sob uma única liderança, no caso, de Awarina, mas às custas de muitas tensões, principalmente devido à exaustão dos recursos utilizados em sua alimentação básica.

Tal situação tende a se agravar ante o surgimento de uma liderança nova (sic), produzida principalmente a partir da interferências externas. Funcionários da FUNAI, agentes do CIMI e mesmo antropólogos têm apontado alguns Amundáwa, especialmente por dominarem o português um pouco mais, como líderes, com vistas à uma participação em reuniões, encontros fora da área indígena. De fato, tais indígenas vêm sendo chamados a participar de "reuniões de lideranças indígenas", levadas a efeito a nível do estado, em total desconsideração aos padrões produzidos ao nível da política interna, embora muitas vezes Awarina encontre-se junto.

Quanto à questão religiosa, embora se observe um certo desprestígio do papel desempenhado pelo pajé<sup>41</sup>, os sistemas de crenças e de enterramento dos mortos têm sido minimamente alterados. Mas já houve uma tentativa de parte da Assembléia de Deus em dar início ao proselitismo religioso entre os Urueu-Wau-Wau. No entanto, ante a interferência de um funcionário da FUNAI, a mesma é suspensa. Alguns Amundáwa, por sua vez, já frequentam festas de igrejas estabelecidas

---

<sup>41</sup> Até aonde eu pude observar e investigar nesta área, tal desprestígio se deve principalmente à ineficácia do tratamento xamânico às doenças advindas do contato, e ao fato de que nenhum pajé importante no contexto pré-contato ter resistido às mesmas, em que pese seu poder espiritual.

nas proximidades do P.I. Trincheira, a serem visitados com relativa frequência por padres e religiosas, mas nada indica que venham a ser arregimentados para a doutrinação, ao menos em um prazo curto.

## 2. As Ações Jurídicas

2.1. Interferir como assistente na ação judicial declaratória impetrada pela Procuradoria da República, com vistas à declaração da área demarcada como de ocupação indígena, caso mesma não a agilize e/ou a Presidência da República não emita o decreto competente de homologação;

2.2. Obtida a homologação, promover uma ação de despejo dos atuais invasores da área<sup>42</sup>;

2.3. Impetrar uma ação contra os seringalistas que ainda se encontram na área, contra os madeireiros cuja presença tem sido comprovada via contratos ou por outros meios, e contra as mineradoras, como a METALCOM<sup>43</sup>, com vistas à indenização da madeira, dos minérios, da borracha. Como parte da indenização deve-se exigir também o replantio das espécies nobres devastadas<sup>44</sup>, a recuperação do solo e das condições ambientais ante os estragos produzidos pelas mineradoras, bem como a recuperação da caça via repovoamento.

2.4. Interferir como assistente de acusação no processo crime de genocídio envolvendo ação genocida desenvolvida a partir do seringal São Luiz, no interior da A.I. Urueu-Wau-Wau, contra os indígenas Uroin. Este processo se encontra em andamento (sic) no judiciário de Rondônia desde 1979. A obtenção de uma sentença condenatória é da maior importância

---

<sup>42</sup> Tendo em vista o quadro de debilidade em que se encontram os Urueu-Wau-Wau e os Amundáwa, principalmente quanto à saúde, mas também considerando o grau de dependência destes em relação aos madeireiros, garimpeiros/mineradoras, e seringalistas, é pouco provável que por si eles decidam expulsar tais e outros invasores.

<sup>43</sup> A qual, inclusive, tem utilizado a mão-de-obra indígena em suas investigações e explorações no interior da área.

<sup>44</sup> Principalmente das 20.000 árvores de mogno abatidas nas proximidades do P.V. Jarú.

política, não só para os indígenas do país como do mundo.

#### 2.5. Estratégias iniciais

- Reunião com os indígenas para a discussão da proposta e para a formalização de procurações;
- Organizar um arquivo específico; copiar os documentos do processo impetrado contra Romero Jucá sobre os contratos e exploração de madeira nas áreas indígenas, inclusive na Urueu-Wau-Wau;
- Providenciar informes adicionais;
- Definir um cronograma.

### 3. A "Campanha" Urueu-Wau-Wau

#### 3.1. Objetivos principais:

- Divulgar junto à opinião pública e instituições ligadas às políticas indigenistas, tanto a nível nacional e internacional as condições de vida impostas aos Urueu-Wau-Wau e aos Amundáwa;
- Viabilizar a defesa dos direitos à terra;
- Promover a recuperação da saúde dos indígenas;
- Promover a recuperação do meio ambiente ao menos no âmbito da área indígena;
- Viabilizar mecanismos para a proteção da cultura indígena e de suas especificidades a nível local.

#### 3.2. Estratégias iniciais

- Produção de um projeto específico para busca de financiamento para os trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito da 'produção' da campanha, caso o NDI não disponha, e de um cronograma de trabalho;
- Promover uma ampla reunião no P.I. Trincheira com todos os indígenas da A.I. Urueu-Wau-Wau, para discutir os propósitos da campanha;
- Produção de texto básico para divulgação preliminar;
- Promover uma viagem à A.I. Urueu-Wau-Wau por parte do grupo "Ação pela Cidadania";
- Elaboração de um projeto de saúde a ser desenvolvido por um período inicial de três anos, e busca de financiamento;



- Elaboração de um projeto para recuperação ambiental, e busca de recursos para a sua implantação;
- Elaboração de uma proposta com vistas à proteção da cultura indígena, e discussão de um modelo alternativo de alfabetização e de instrumentalização matemática, pois muitos indígenas já demandam acesso neste sentido;
- Elaboração de projeto para preparação de recursos humanos, inclusive reciclagem dos funcionários da FUNAI que atuam na área.

## II. SUB-PROJETO A.I. MASSACO

### 1. Antecedentes

Refere-se aos indígenas que ainda vivem isolados na área da Reserva Biológica do Guaporé, em Rondônia, a qual se encontra ameaçada, principalmente pela ação dos madeireiros. Há a necessidade de se produzir com urgência um laudo antropológico, para dar início à uma ação judicial declaratória de ocupação indígena. Tais ações estão sendo solicitadas por Antenor Vaz, atual coordenador do que ele denomina 'frente de des-atração'. O mesmo vem insistindo junto a FUNAI, por anos, para que tal laudo seja produzido e a área seja ao menos interditada, mas sem obter qualquer resultado<sup>45</sup>.

### 2. Estratégias iniciais

- Busca de recursos caso o NDI não disponha;

---

<sup>45</sup> Ver em anexo projeto elaborado especificamente para este caso. O mesmo foi enviado para a Secretaria do Meio Ambiente, a qual alega não poder financiar devido ao congelamento dos fundos.

- Viagem de campo para levantamento das evidências sobre a ocupação indígena;
- Pesquisa bibliográfica<sup>46</sup> e elaboração do laudo;
- Entrega do laudo à FUNAI com solicitação de interdição da área;
- Ingresso na Justiça Federal, com pedido de declaração da área como de ocupação indígena;

### III. REVISÃO DO CONCEITO DE GENOCÍDIO

#### 1. Antecedentes (breves)

O conceito vigente para definir genocídio encontra-se totalmente desatualizado. A dificuldade encontrada pelos tribunais organizados nos últimos anos na Europa, para avaliar e julgar casos considerados como genocídio, constitui-se em evidência neste sentido. Há necessidade pois, de se propor à ONU uma revisão das definições propostas na Convenção sobre Genocídio de 1948. A prevalecerem as mesmas, fora o caso judeu, dificilmente se conseguirá responsabilizar outros agressores.

#### 2. Estratégias iniciais

- Elaboração de pesquisa com vistas a uma redefinição das condições para a caracterização do crime de genocídio;
- Promoção de reunião ampliada envolvendo antropólogos/as e advogadas/os para discussão dos

---

<sup>46</sup> Com base no *modus vivendi* já evidenciado e no arco e flechas, Antenor Vaz supõe que os indígenas desta área pertençam à nação dos Sirionó, uma parte da qual vive em território boliviano.

resultados;

- Encaminhamento formal à ONU, com a solicitação de uma revisão do estabelecido em 1949.

*Luís*

Bibliografia Citada

A GAZETA MERCANTIL

1990. Ex-Presidente da FUNAI Será Julgado. A Gazeta Mercantil. Em 22-24/09. pg. 46.

AZEVEDO, José Soares Galvão de

1991. Correspondência pessoal à autora.

1990. Relatório de Viagem à A.I. Urueu-Wau-Wau. Porto Velho. Datil.

CARDOSO, Maria Lúcia de Macedo

1989. Parecer Antropológico Sobre os Limites Territoriais da A.I. Urueu-Wau-Wau. Porto Velho. 37 pgs.

CORREIO BRASILIENSE

1990. Camponês é Morto pelos Índios em Rondônia. Correio Brasiliense. Brasília. Em 22/09. pg. 14.

COWELL, Adrian

1990. The Frontier Arrives. The Decade of Destruction. The Crusade to Save the Amazon Rain Forest. New York. Henry Holt and Company. pp.92-135.

DECRETO Nº 98.894

1990. Revoga o Decreto Nº 91.416/85, referente à Demarcação da A.I. Urueu-Wau-Wau. Assinado pelo Presidente José Sarney em 30 de Janeiro.

DECRETO Nº 91.416

1985. Declara a A.I. Urueu-Wau-Wau de Ocupação Indígena e Determina a sua Demarcação Administrativa. Assinado pelo Presidente José Sarney, em 09 de Julho.

FERREIRA, José Odair

1990. Relatório da EVS/Viagem ao P.I. Trincheira. Entre 29 e 30 de Março. Porto Velho. 5 pgs.

FLOWERS, Nancy

1991. Comunicação pessoal à autora. Nova Iorque. Abril.

JUNQUEIRA, Carmen e MINDLIN, Betty

1987. The Aripuanã Park and the Polonoroeste Programme. Document 59. Copenhagen. IWGIA.

LEÃO, Maria Auxiliadora Cruz de Sá et al.

1984. Mapa com a Localização dos Conflitos e Datas Respectivas. FUNAI. Brasília.

- LEONEL JR., Mauro de Mello  
in print. Des-demarcação da Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Povos Indígenas no Brasil. Edição Especial. São Paulo. CEDI.
1988. Etnodicéia Urueuauau. O Endocanibalismo e os Índios no Centro de Rondônia. O Direito à Diferença e à Preservação Ambiental. São Paulo. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC.
- LEONEL JR., Mauro de Mello & LEÃO, Maria Auxiliadora C.de Sá  
1984. Relatório de Avaliação e para Urgente Demarcação das Terras dos Índios Urueu-Wau-Wau. Avaliação do POLONOROESTE. São Paulo. FIPE.
- MAURO  
1990/a. Entrevista Concedida à Autora em Cuiabá, em 12 de Dezembro. Apud SIMONIAN, Ligia T.L. A.I. Urueu-Wau-Wau - Anotações de Campo. Caderno N° 4. Manuscrito.
- 1990/b. Relatório de Viagem Realizada entre 12 e 13 de Novembro, à Alvorada do Oeste, Rondônia. Cuiabá. 15 de Novembro. Manuscrito.
- MINDLIN, Betty  
1986. Polonoroeste/1985. Povos Indígenas no Brasil/1985-1986. São Paulo. CEDI. pgs. 71-73.
- MOREIRA JR., João  
1986. Relatório de Viagem à Frente de Atracção Urueu-Wau-Wau, entre 09/10/07. Porto Velho. Em 26 de Agosto.
- OPERAÇÃO URUEU-WAU-WAU  
1990. Anexo I: Album Fotográfico. Operação Conjunta - Vigilância e Fiscalização Urueu-Wau-Wau. Relatório de Viagem. Org. por Gonçalo de Assis Poquiviqui. Novembro. Especialmente as fotos de n°s 7, 8, 13-24, 57-67.
- SIMONIAN, Ligia T.L.  
in print. Os Uru-Eu-Wau-Wau no Início dos Anos Noventa. Povos Indígenas do Brasil. Edição Especial. São Paulo. CEDI.
1991. Genocidal Policies Towards the Urueu-Wau-Wau and the Guarita Reservations' Natives. Government - Indigenous Relations' Pannel. 31st Annual Conference of the Northeastern Anthropological Association. Waterloo Inn. Waterloo. Canadá. March, 16.

1990/a. Area Indígena Urueu-Wau-Wau - Anotações de Campo.  
Cadernos N°s 1-4. Manuscrito.

1990/b. Depoimento prestado à Comissão... Relatório N°  
03. Porto Velho. Em 26 de Novembro. Datil. 7 pgs.

1990/c. Area Indígena Urueu-Wau-Wau - Documentação  
Fotográfica. Arquivo Pessoal.

TRIBUNA DA IMPRENSA

1990. Garimpo Ameaça Índios Uru-Eu-Wau-Wau. Tribuna da  
Imprensa. Em 16/10. pg. 4.

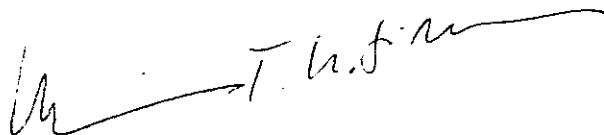
Nova Iorque, 29 de Abril de 1991

Sérgio,

Como estás? Espero que bem, inclusive o trabalho.

Aqui vive-se, apesar do excesso de trabalho. Aproveito para mandar algumas idéias para o trabalho a ser por mim desenvolvido junto ao NDI. Como a parte sobre os 'antecedentes' do caso U'WW ficou muito longa, decidi resumir ao máximo os outros, mas também tenho outros motivos. O 1º diz respeito a um projeto que elaborei anteriormente, mas do qual não tenho cópia (pedi à Mary e ela vai me mandar, para que então eu remeta para anexares a esta proposta. O 2º refere-se ao fato de já ter desenvolvido algumas idéias sobre o tal repensar o genocídio, o que oportunamente apresentarei (ver indicação na bibliografia).

Também não desenvolvi mais as propostas específicas, pois penso que não há necessidade, pelo menos até "por a mão na massa". Penso que assim o pessoal do NDI terá condições de fazer sugestões, etc..., e de mais a mais o meu tempo aqui está super exíguo, como bem podes imaginar. Eu gostaria de receber as críticas que se fizerem necessárias, bem como as sugestões. Também seria importante para mim ter uma idéia sobre as possibilidades reais de contratação; também informações sobre salário, projeção de gastos (tudo aí muda tanto, de mais a mais como passei trabalhando os poucos dias que passei em Brasília, não deu para ter uma idéia muito clara sobre estas coisas). Minha volta está prevista para fins de agosto.

 T. L. F. M.